



Eixo: Classes sociais, geração e Serviço Social.

Sub-eixo: Juventude.

Acesso e Permanência das Juventudes no Ensino Superior: Contrações e Possibilidades diante do Avanço Neoliberal.

GIOVANE ANTONIO SCHERER¹
MAURÍCIO PERONDI²
CAROLINA SILVA DINIZ³
DENIS SANTOS BRUM⁴

Resumo: O presente trabalho aborda a discussão acerca das experiências sociais das juventudes no que diz respeito ao acesso e permanência na Educação Superior, diante do avanço do contexto neoliberal. A pesquisa, de enfoque misto, investigou jovens universitários que acessam algum incentivo financeiro para garantir seus estudos em relação ao acesso e permanência em uma universidade privada. Os dados apontaram que houve um aumento significativo no número de matrículas na educação superior privada nos últimos anos, condizente com o ideário neoliberal, mas que não houve o acompanhamento de políticas de permanência que contribuíssem para efetivação do direito à educação com qualidade.

Palavras-Chave: Juventudes; Acesso à Universidade; Permanência na Universidade; PROUNI; Benefícios Estudantis.

Abstract: The present work deals with the discussion about the social experiences of the youths with respect to access and permanence in Higher Education, given the advance of the neoliberal context. The research, of mixed focus, investigated young university students that access some financial incentive to guarantee their studies in relation to the access and permanence in a private university. The data showed that there was a significant increase in the number of enrollments in private higher education in recent years, in keeping with the neoliberal ideology, but that there was no follow-up of policies of permanence that contributed to the realization of the right to education with quality.

Keywords: Young; Access to University; Permanence in the University; PROUNI; Student Benefits.

1 Introdução: Investigação sobre Acesso e Permanência das Juventudes no Ensino Superior.

O contexto atual mostra-se marcado por profunda ampliação da precarização de diversas políticas públicas, fruto do aprofundamento de perspectivas neoliberais, presentes na realidade brasileira desde da década de 1990, mas agudizadas pelo atual cenário político brasileiro. Essa conjuntura

¹ Professor com formação em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E-mail: <giovane.scherer@puccrs.br>

² Professor com formação em outras áreas. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

³ Estudante de Graduação. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

⁴ Estudante de Graduação. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

impacta todos os segmentos sociais, dentre esses as juventudes, que vem vivenciando um contexto de extrema precarização da vida, sendo reconhecidas como sujeitos de direitos que necessitam de ações específicas do Estado muito recentemente. Somente no ano de 2013, com a aprovação do Estatuto da Juventude, que os brasileiros de 15 até 29 anos tiveram seus direitos reconhecidos legalmente. Apesar da importância de principais leis no âmbito de um sistema de garantias de direitos, percebe-se que a sua existência só faz sentido quanto é mediada por ações concretas, por meio de políticas públicas, na vida dos sujeitos.

O presente artigo procura analisar o direito à educação superior diante da conjuntura atual, buscando compreender as contradições que marcam a realidade atual no que diz respeito ao acesso e permanência das juventudes ao ensino superior. Apresentam-se alguns dados analisados, ainda de forma preliminar, na pesquisa intitulada *Democratização do Acesso e Permanência na Universidade: Quem são e o que pensam os Jovens Estudantes Beneficiários de Programas de Incentivos à Educação?* O estudo tem como objetivo de conhecer as experiências sociais dos/das jovens estudantes de 18 a 29 anos de uma universidade privada que acessam algum tipo de incentivo para estudo na educação superior em relação às estratégias de acesso e permanência.

Diante de um contexto, onde evidencia-se o desenvolvimento de programas de acesso ao ensino superior por meio das universidades privadas, torna-se fundamental analisar como vem se constituindo o acesso e permanência de jovens, com algum tipo de benefício estudantil, em espaços marcadamente mercadológicos e com frágeis políticas estudantis. Nesse sentido, a análise acerca do acesso e permanência das juventudes no ensino superior, diante de um contexto marcado por contradições, mostra-se de grande relevância, a fim de possibilitar a construção de subsídios a construção de políticas que possam contribuir para a garantia do direito a educação com qualidade.

Para analisar esse contexto, foi desenvolvido um estudo, com base no método dialético-crítico, a fim de penetrar ativamente na realidade, buscando captar o fenômeno característico, essencial (LEFEBVRE, 1991) realizada através de um enfoque quanti-qualitativo ou misto (CRESWELL, 2010). O método misto, para Prates (2012) mostra-se como apropriado para conhecer para subsidiar políticas públicas e que contemplavam contingentes populacionais mais amplos, tem mostrado vigor e qualidade científica.

Desta forma, a presente investigação, após a aprovação do Comitê de Ética da universidade, foi realizada em dois momentos: o primeiro momento se constituiu em uma fase quantitativa, coletando dados por meio de um questionário online autoaplicável respondido pelos estudantes entre 18 e 29 anos que recebem algum tipo de incentivo à educação superior⁵. O questionário foi divulgado pelos canais de comunicação institucionais (email para alunos, divulgação nas redes sociais, comunicação com alunos egressos, entre outros disponíveis). Essa etapa da pesquisa foi realizada durante o primeiro semestre de 2017, contando com 425 respondentes, sendo esses dados tabulados em planilha Excel e submetidos à análise estatística descritiva

⁵ Consideramos incentivo à educação superior qualquer tipo de bolsa ou desconto nas mensalidades da universidade, realizada de forma governamental ou desenvolvida pela própria universidade.

no programa Statistical Package for Social Sciences - SPSS, possibilitando cruzamentos de dados e informações, possibilitando além das informações estatísticas, produzir recortes de análise sociológica, como classe social, gênero, etnia, território entre outros.

A segunda etapa da pesquisa foi realizada por meio de grupos focais com o objetivo de compreender com maior profundidade as experiências sociais dos jovens universitários. O grupo focal busca obter dados a partir de reuniões com um grupo de pessoas que representam o objeto de estudo, buscando enfatizar a compreensão do fenômeno estudado do ponto de vista do grupo, consistindo na interação entre os/as participantes e o/a pesquisador/a, objetivando colher dados a partir da discussão focada em tópicos diretos e focais, por isso chamada de grupo focal (BAUER; GASKELL, 2003). Nesse sentido foram realizados 06 grupos focais, com média de 40 integrantes, realizados ao longo do segundo semestre de 2017.

Atualmente a presente pesquisa encontra-se em análise de dados, que está sendo realizada por meio da análise de conteúdo em Bardin (1977). Nesse sentido, o presente artigo apresenta alguns dados preliminares do estudo, buscando dar visibilidade para os desafios e contradições do acesso e permanência das juventudes ao ensino superior em um contexto de avanço dos ideários neoliberais. Em um primeiro momento, busca-se analisar o contexto contemporâneo, trazendo o debate do acesso ao ensino superior em uma conjuntura marcada pela primazia do mercado. No segundo item, busca-se analisar a permanência das juventudes no ensino superior, compreendendo essa como um elemento fundamental para a garantia do direito a educação. Por fim, apresentam-se algumas considerações finais com relação as reflexões trazidas nesse artigo.

2 O Acesso ao Ensino Superior: Contradições em Movimento.

O Brasil, na última década pôde vivenciar um período de inegáveis avanços e retrocessos no âmbito das políticas públicas, em especial no âmbito da educação superior. O INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) apresenta nos dados do Censo da Educação Superior (BRASIL, 2014) uma evolução crescente do acesso ao ensino superior no país nos últimos dez anos. Efeito de uma série investimentos em políticas públicas (ProUni, Reuni, FIES entre outros)⁶ nessa área, hoje temos um fenômeno recente nas universidades: o acesso à educação superior da classe trabalhadora, que, historicamente sempre tiveram dificuldades de materializar o direito constitucional a educação, seja pelos custos de uma graduação nas faculdades e universidades privadas, seja pelos processos seletivos/restritivos das universidades públicas, que acolham fundamentalmente alunos egressos das escolas privadas. Esse processo de aumento de vagas, evidentemente, vem acompanhado de uma constante precarização de políticas públicas e da vida social como um todo, resultado da continuidade de políticas neoliberais no país.

O aumento de vagas no ensino superior é, contraditoriamente, acompanhado de uma precarização no ensino superior, com o aumento das

⁶ Refere-se à programas federais de financiamento da educação superior, sendo eles o Programa Universidade para Todos (ProUni), Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão da Rede Pública Federal (REUNI), o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) entre outros.

vagas na educação à distância, com o foco para a formação, sem considerar a qualidade e a permanência dos jovens na educação superior. A ampliação do acesso ao ensino superior é repleta de avanços, retrocessos e contradições, ocorrendo em um período histórico caracterizado por muitos pelo termo *neodesenvolvimentismo*. O prefixo *neo*, adicionado à palavra *desenvolvimentismo* não refere, simplesmente, a repetição de ideários presentes no contexto brasileiro, nas décadas de 1930 a 1960, mas designava, apesar das similitudes, determinações de um e de outro complexo político-ideológico, embora o que implica destacar que se trata de políticas e ideologias integrantes da reprodução, em diferentes contextos, de relações sociais capitalistas, ou seja, relações de exploração e dominação de classe (ALMEIDA, 2012).

Nesse sentido, Sampaio Jr. (2012) afirma que o desafio do neodesenvolvimentismo era conciliar os aspectos “positivos” do neoliberalismo, calcados no compromisso incondicional com a estabilidade da moeda, austeridade fiscal, busca de competitividade internacional, ausência de qualquer tipo de discriminação contra o capital internacional com os aspectos “positivos” do velho desenvolvimentismo, caracterizado pelo comprometimento com o crescimento econômico, industrialização, papel regulador do Estado e sensibilidade social. O neodesenvolvimentismo não significa um rompimento com a perspectiva neoliberal, pelo contrário, mantém as suas raízes, assentadas ainda no contexto de precarização e desmantelamento de políticas sociais universais, mantendo a lógica da focalização da pobreza (SCHERER, 2017). Isso fica evidente no momento em que se precariza espaços de universidades públicas e criando vagas em universidades privadas por meio da concessão de bolsas.

Desta forma, diante de um contexto neodesenvolvimentista, que não rompeu com a lógica neoliberal, o aumento das vagas do ensino superior se deu sem maiores preocupações com a permanência desses sujeitos e na qualidade do ensino. Observa-se que, a partir do ano de 2016⁷, ocorre uma intensificação das perspectivas neoliberais na realidade brasileira. Destaca-se que o ideário neoliberal afirma a necessidade de enxugamento dos gastos sociais, tanto no âmbito do Estado (assim redefinindo o papel do Estado não mais como interventor, e sim como regulador) quanto no âmbito das empresas, fomentando o processo de maior exploração com menos mão-de-obra (HOUTAR; POLET, 2002). Tal direcionamento neoliberal pode ser percebido desde o baixo investimento em políticas sociais, ampliando o contexto de precarização no âmbito da garantia de direitos, bem como por meio das diversas contrarreformas, que acarretam a destruição dos direitos que foram dificilmente conquistados ao longo da história do Brasil.

Essa onda ultraneoliberal que vem destruindo diversas políticas públicas, ampliando o contexto de (des)proteção social na órbita da sociedade brasileira, é corroborado por uma intensa perspectiva neoconservadora, materializada de diversas formas, diante do contexto atual. Diante desse contexto de avanço da onda ultraneoliberal atual do governo, que se amplia a preocupação com as juventudes em diversos aspectos, em especial, no que diz respeito ao acesso ao ensino superior. Dados do Ministério da Educação revelam que um em cada quatro bolsistas abandonam o maior programa

⁷ Importante considerar que nesse ano houve a realização do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, findando o período da gestão do Partido dos Trabalhadores junto ao governo federal.

existente atualmente que concede bolsa de estudos em universidades privadas, o Programa Universidade para Todos – PROUNI (MEC, 2011), sendo que muitas destas desistências se dão devido a não possibilidade de se manter na universidade, pois os custos com alimentação, livros, transporte são extremamente altos.

Diante desse contexto, o debate de acesso e permanência das juventudes no ensino superior mostra-se fundamental. As políticas neodesenvolvimentistas, apesar de suas contradições ao priorizarem o ensino privado, propiciaram um impacto na ampliação do acesso à educação superior, elevando os índices em todo o país. Segundo os dados do Senso da Educação Superior de 2013 publicados pelo IBGE, o crescimento médio de matrículas na educação superior no Brasil foi de 7,8% nos últimos dez anos. Em 2013, passou-se a marca de 7 milhões de matrículas (em 2003 eram menos de 4 milhões de estudantes e em 1993, cerca de 1,5 milhões) o que mostra uma curva crescente nesse período. Desse total, as Instituições Ensino Superior privadas somam 74% das matrículas. Outro dado que se destaca é fato de 63,1% das matrículas das graduações presenciais serem registradas em cursos noturnos.

Tal aumento, especialmente em universidades privadas, se deu em razão do Programa Universidade para Todos (PROUNI) criado em 2004, por medida provisória, e institucionalizado pela Lei nº 11.096, de 13/01/2005. Tal programa tem por finalidade conceder bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, sempre em instituições privadas de educação superior. Trata-se de um programa dirigido aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda per capita familiar de até um e meio salário mínimo, neste caso o estudante tem direito a bolsa integral e quando a renda per capita familiar superar esse limite e for menor ou igual a três salários mínimos, o estudante poderá concorrer a uma bolsa parcial de 50%.

Nesse sentido, apesar do programa se constituir enquanto uma estratégia de fortalecimento do mercado, uma vez que as bolsas são concedidas em universidades privadas, mostra-se como uma importante forma de acesso para os Estudantes Universitários. A fala do jovem a seguir demonstra que o acesso à universidade privada, via bolsa, se dá devido à dificuldade de acesso à universidade pública:

Fiz o cursinho pra entrar na federal porque são poucas as universidades aqui que oferecem o curso, mas não passei. Eu tive a sorte de conseguir a bolsa do ProUni então daí eu consegui ingressar nessa universidade, confesso que era onde eu queria estudar de verdade, mas financeiramente eu não tinha como bancar. Então a bolsa do ProUni me possibilitou a estudar onde eu queria, o curso que eu queria. (Jovem 3, Grupo Focal 2)

Nesse sentido, o estudo revela que 81% dos estudantes pesquisados afirmam que dificilmente estariam em um curso superior se não existissem nenhum tipo de benefício. Importante considerar que as centralidades em políticas neoliberais tendem a cortar os investimentos em educação, o que pode acarretar riscos a continuidade de programas de acesso ao ensino superior, mesmo essa estando relacionada as universidades privadas, podendo

dificultar ainda mais o acesso à universidade. Ressalta-se que esse acesso ainda é muito limitado ao analisar o contexto brasileiro, uma vez que, conforme o Censo de 2010, apenas 7,9% dos brasileiros possuem ensino superior.

Além do risco ao acesso, as políticas neoliberais podem acarretar na ampliação da dificuldade com relação a permanência de jovens na educação superior, uma vez que acarreta na precarização da vida dos jovens, de múltiplas formas, como será debatido no item a seguir.

3. A Permanência das Juventudes no Ensino Superior: Dificuldades em Tempos de Vidas Precárias.

A ampliação do acesso à educação superior alavancado por uma série de programas e políticas públicas é seguido de outro fenômeno importante de ser pesquisado: a permanência dos/das estudante nas faculdades e universidades. Estável por décadas, a demanda de acesso à educação superior cresceu vertiginosamente, trazendo principalmente para as instituições privadas, em vista o limite de vagas nas instituições públicas, um perfil de universitários/as até então afastado desse universo. Nas Instituições de Ensino Superior (IES) o número de matrículas saltou de 3.036.113, em 2001, para 6.379.299, em 2010 (CARMO, et. al., 2014).

Zago (2006) aponta que, principalmente universitários/as de classes trabalhadora que hoje se encontram na educação superior deparam-se com a grande questão: acesso à universidade sim; mas e depois? Para fazer enfrentamento aos efeitos da desigualdade social a qual esses/essas jovens são assujeitados, faz-se necessário não somente o acesso, mas também a permanência nas instituições de ensino superior. Uma política de permanência envolveria ainda a garantia de moradia, transporte, alimentação e saúde, dada a condição desses jovens. Na falta da garantia desses direitos, conforme a autora, os jovens desenvolvem estratégias de enfrentamento a essa realidade, a fim de se contrapor ao processo de exclusão e garantir sua permanência. São diversificados os arranjos que são construídos: trabalhos temporários, acesso às redes de solidariedade, estágios e bolsas de estudo entre outros que compõe o leque de suportes que visam sustentar seus estudos.

Como sugere Coulon (2008), a entrada dos estudantes na universidade envolve uma passagem, ou seja, um processo de transição para um novo status: universitário(a). Significa dizer que esta posição não é alcançada de uma só vez, ao contrário, deve ser conquistada mediante uma série de aprendizados, assim como do enfrentamento de situações institucionais e pessoais que se configuram diferentes para cada estudante, embora guardem algumas semelhanças. Essa passagem para a condição de universitário é descrita pelo autor como acontecendo em torno de três tempos: o tempo do estranhamento, o tempo da aprendizagem e, por último, o tempo da afiliação (URPIA; SAMPAIO, 2011, p. 157).

De acordo com Coulon (2008) o primeiro tempo, do estranhamento, remete à novidade do contexto universitário, que se constitui como diferente do ambiente familiar e do ambiente escolar. São aulas diferentes, novos ritmos,

novas regras, assim como exigências diferenciadas. Simboliza um novo território que precisa ser conhecido e mapeado. Na discussão sobre a permanência na universidade este momento é fundamental e a falta de superação do estranhamento pode significar grandes dificuldades na trajetória acadêmica ou até mesmo a sua interrupção.

Já a fase da aprendizagem aponta para diversas dúvidas, incertezas e ansiedades, visto que se faz necessário o aprendizado dos códigos inerentes à Educação Superior. Pode-se dizer que é uma etapa marcada por adaptações e acomodações progressivas, que não acontecem ao mesmo tempo e nem de modo igual para todos os estudantes. Também são próprios desta fase a inserção em novas práticas e rotinas, assim como a formação de novos vínculos, visto que o círculo de relações interpessoais se amplia. Do ponto de vista da permanência isso pode significar saber como preencher formulários, como fazer para conseguir estágios ou bolsas de iniciação científica, como estudar para as disciplinas mais difíceis, como conseguir material mais barato para o estudo.

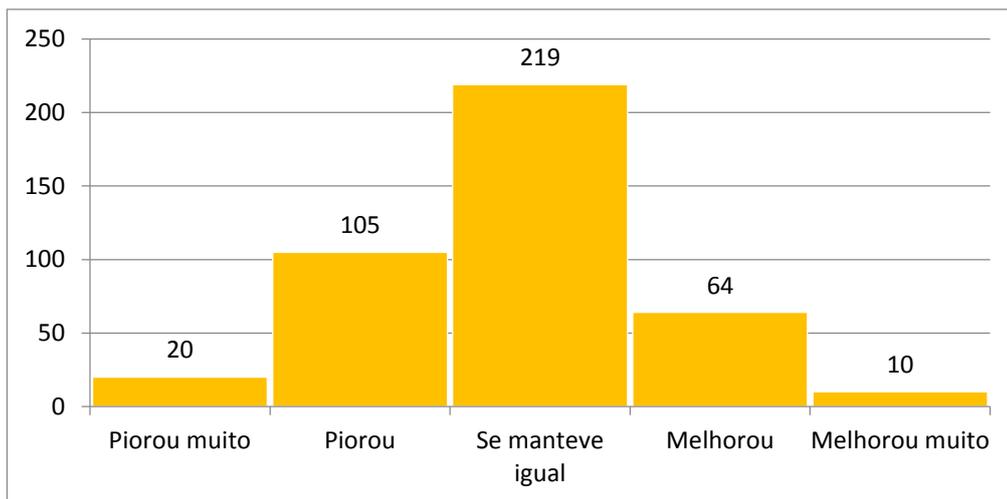
Por fim, o terceiro momento é aquele que consolida o que Coulon (2008) chama de “ofício do estudante universitário”, pois é a fase em que o acadêmico/a já compreende as normas e regras institucionais e adquire o status de membro. No entanto, cabe salientar que esse estudante não adquire um status homogêneo que o identifica de modo igual aos demais, visto que as características e os perfis são múltiplos. Muitos/as incorporam ao ofício de estudante outras identificações tais como: a de trabalhador, a de bolsista, a de estagiário, a de militante de movimento estudantil ou movimento social, a de mãe, a de migrante ou de imigrante.

A partir dos dados produzidos pela etapa quantitativa (questionário) e pela etapa qualitativa (grupos focais), emergiram quatro aspectos considerados fundamentais no debate sobre a permanência na universidade: a situação financeira, a tríade material: transporte, alimentação e moradia; as relações interpessoais e socialização e a representação estudantil, os quais serão abordados na sequência do trabalho.

O primeiro aspecto, referente à situação financeira é um dos mais relevantes tanto para o acesso quanto para a permanência na universidade. Deste aspecto decorrem muitos dos demais fatores que irão impactar em como será a trajetória acadêmica dos jovens universitários/as.

Na fase quantitativa, ao serem questionados sobre a sua situação financeira após ingressar na universidade (cf. Gráfico 1), a maior parte, 219 respostas, afirmou que se manteve igual, enquanto os que afirmaram que piorou ou que piorou muito somam 125. Já os/as que afirmaram que melhorou ou melhorou muito chega a 74, ou seja, um número bem inferior.

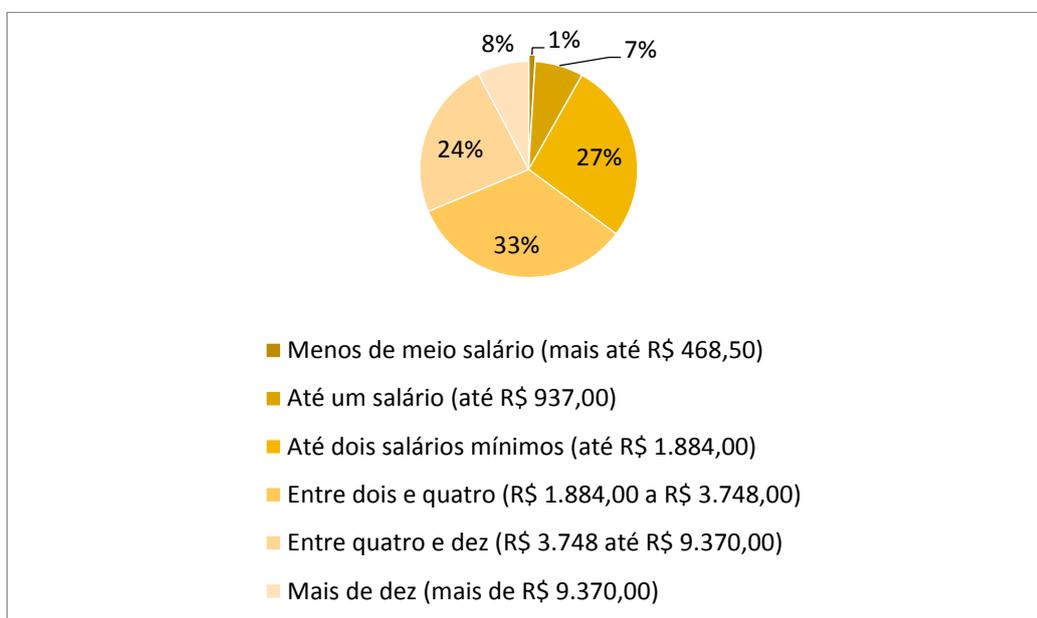
Gráfico 1: Situação Financeira após ingressar na universidade.



Fonte: OBSERVATÓRIO JUVENTUDES, 2018.

Ao analisarmos a renda familiar percebe-se que 27% dos respondentes afirmaram que é até dois salários mínimos (até R\$ 1.884,00) e que 33% tem renda entre dois e quatro (R\$ 1.884,00 a R\$ 3.748,00), configurando os dois maiores grupos de resposta para esta questão (cf. gráfico 2). Para se ter uma noção mais precisa do que este dado representa, foi perguntado aos participantes quantas pessoas dependem dessa renda familiar. Os dados apontaram que 34% tem 3 dependentes e 27%, 21% com 2 pessoas e 11% com 4 dependentes.

Gráfico 2: Renda familiar aproximada



Fonte: OBSERVATÓRIO JUVENTUDES, 2018.

A partir da faixa de renda em que houve maior número de respostas é possível perceber que estes valores equivalem aos custos de matrícula mensal de muitos cursos de graduação da universidade. Tal fenômeno irá repercutir significativamente nas diferentes necessidades que os estudantes

apresentaram ao longo da pesquisa, visto que uma baixa renda familiar implica em dificuldades de custear todas as demandas que a vida universitária exige. Em um contexto de ampliação da precarização do mundo do trabalho, fomentado pela perspectiva neoliberal, esse contexto tende a se agravar. A fala de um dos participantes da pesquisa aponta para a dificuldade financeira que é vivenciada por muitos universitários/as:

Em relação a bolsa, eles te dão uma parte, mas ainda assim tu te fera com o resto, porque principalmente em Odonto eu sei que os materiais são muito caros, em Arquitetura também, mas eles te dão uma faculdade e tu acaba tendo que pagar outra pelo resto entendeu, o negócio é incrível, ganhar uma faculdade que vai custar cento e poucos mil e tu tem que gastar mais cem mil pra conseguir terminar ela. Eles dão uma mão, só que não ajuda tanto assim porque no final das contas porque eles meio que fazem um serviço pela metade, isso é muito estranho. Acho que o pessoal faz tudo pra se manter, mas acho que chega em um ponto que, se acontece alguma coisa na minha família que precisasse de dinheiro pra outra coisa pronto, minha faculdade ia ficar de lado e eu não ia ter como fazer mais nada. Iria trancar tudo porque no final o auxílio é só parcial, não vai ser uma bolsa integral em uma parte, uma parte bem pequena até, dos custos que a gente tem com moradia, alimentação, com materiais, e daí entra todo o tipo de material possível, acaba sendo bem deficiente assim (Jovem 1, Grupo Focal 5).

O segundo aspecto importante para a permanência aponta para uma tríade material, que constitui os elementos mais estruturantes para os universitários: o transporte, a alimentação e a moradia. Tanto em pesquisas acadêmicas como nas reivindicações dos movimentos estudantis, estes três aspectos são afirmados como os que têm maiores impactos para a vida estudantil universitária. Isso se deve também ao fato de que muitos jovens migram de outras cidades e até mesmo outros estados para conseguirem acessar a Educação Superior.

Quando perguntados sobre o tempo de deslocamento para a universidade, aproximadamente 40% dos participantes da pesquisa afirmaram levam mais de 1 hora para chegar à universidade. Destacam ainda que o auxílio para transporte contribuiria para a sua permanência na universidade. A adversidade se torna maior ainda para os estudantes que residem na região metropolitana de Porto Alegre ou no interior do estado, pois o custo da passagem e o tempo de deslocamento acabam sendo maiores, além de contarem com horários limitados nos transportes públicos.

Tal situação é evidenciada por uma das universitárias, ao afirmar que,

Eu pego um ônibus executivo, que é mais caro e os horários são bem limitados. Se eu tenho que vir cedo pra universidade, eu tenho que vir bem mais cedo, tipo uma hora antes do horário que eu deveria vir. Eu fico mais de uma hora esperando pra dar o meu horário (Jovem 5, Grupo Focal 4).

Mesmo existindo o passe-livre estudantil no Estado do Rio grande do sul, que é um programa que subsidia as passagens de ida e volta dos alunos que residem em uma cidade e estudam em outra, os estudantes da universidade pesquisada enfrentam problemas para acessar a este direito

devido à burocracia do programa, que exige uma documentação extensa, equivalente à documentação exigida pelo ingresso do PROUNI e requer tempo, podendo levar de 20 a 60 dias até obter o cartão passe-livre, conforme ilustra o relato de uma das estudantes,

Também tenho passe livre, que eu não pago passagem de lá pra cá, [de sua cidade até a universidade] mas também todo semestre é aquela correria atrás da Metroplan pra conseguir os vales [transporte] e é bem ruim, porque eu tenho que faltar aula pra poder fazer isso (Jovem 2, Grupo Focal 3)

O processo de adaptação à universidade também tem implicações com a dupla jornada de atividades a que os universitários se vem submetidos, pois além do estudo, aproximadamente 75% dos participantes da pesquisa desenvolve outras atividades tais como estágio, bolsa de iniciação científica, trabalho remunerado, etc. Isso implica que, os estudantes passem boa parte do seu dia na universidade ou no trabalho, impossibilitando-os de fazer as refeições em casa, conforme destaca um dos jovens,

Como eu fico muito tempo aqui, acho que uma das questões [importantes para a permanência] realmente seria a alimentação mais barata. Ter um R.U. [Restaurante Universitário] com um preço mais acessível e com uma qualidade de comida assim, sei lá, legal, assim. Porque pra quem tem restrição alimentar não é a melhor opção e isso ajudaria muito (Jovem 2, Grupo Focal 5).

Neste caso, cabe destacar ainda que, além do valor da alimentação na universidade, a qualidade e variedade de alimentos disponibilizados pelo restaurante universitário também são questionados pelo jovem. Esta é uma demanda crescente devido a dois fatores preponderantes: por um lado, pelas restrições de saúde e de intolerância a certos alimentos e, por outro, pela opção consciente de muitos jovens em se tornarem vegetarianos ou veganos como forma de protesto pela forma como os animais são tratados na fase anterior de produção dos alimentos. Soma-se a isso também um crescente número de jovens que opta por consumir produtos orgânicos, livres de agrotóxicos e outros produtos químicos.

Completando a tríade material para a permanência na universidade temos a questão da moradia. Apenas 2% dos estudantes que responderam a pesquisa quantitativa residem em casa de estudante, mas o número cresce expressivamente quando é perguntado o que contribuiria para sua permanência na universidade, onde 62% dos entrevistados afirmaram que a casa do estudante os ajudaria como política de permanência.

Os dados apontam ainda que, mais de 31% dos estudantes da universidade pesquisada não residem na cidade onde se localiza a instituição, sendo que 20% reside em outras cidades do Rio Grande do Sul e 11% em cidades da região metropolitana. A universidade pesquisada, atualmente, não conta com uma casa de estudantes nem com uma política concreta de moradia para os estudantes baixa renda, oriundos de fora da capital, mas a demanda é evidente como mostra a fala de um dos participantes da pesquisa,

Seria importante a casa de estudante pra quem vem de fora, pra que tivesse um preço mais semelhante, mais em conta, mas enfim, pra justamente atender os estudantes que estão chegando. É um público

diferente, que enfim, facilitaria muito a vida de várias pessoas (Jovem 3, Grupo Focal 6).

O terceiro aspecto relacionado com a permanência refere-se às práticas de socialização e das relações interpessoais e como estas contribuem para a integração e que os jovens possam, aos poucos, se constituírem como sujeitos universitários. Neste sentido, a pesquisa evidenciou que são fundamentais o apoio das pessoas mais próximas, tais como, os colegas, os familiares e os companheiros/as de relacionamento conjugal.

Uma das jovens participantes fala do apoio familiar, afirmando que,

A minha mãe sempre me apoiou, por tudo. Tipo, eu quis sair do emprego pra fazer bolsa de iniciação científica e a minha mãe falou “Se isso é importante, ok”. Ela não entende o que é uma iniciação científica, mas ela diz “se tu acha que é importante pra ti, se isso vai te ajudar na tua carreira, então tipo, pode fazer sabe, que eu te apoio agora. A minha mãe me ajuda muito, então, as vezes ela já fez janta, eu não preciso fazer pra trazer no outro dia, aí é bem tranquilo” (Jovem 4, Grupo Focal 3)

Muitas vezes as relações entre jovens e pais são caracterizadas pelos conflitos geracionais e pelas dificuldades de entendimento quanto aos anseios das diferentes partes. No entanto, neste caso, se percebe um apoio importante da família, no sentido de dar suporte aos jovens. Este dado também foi confirmado quando foram perguntados a respeito de quem mais os apoia nas dificuldades acadêmicas e emocionais, em que 62% destacou que os membros familiares sempre ou quase sempre os apoiam.

Além dos membros familiares, os amigos são aqueles que também contribuem significativamente para a socialização e para o enfrentamento das dificuldades no âmbito universitário, principalmente na ajuda mútua que é desenvolvida entre os estudantes, conforme pode ser visualizado na fala do seguinte jovem,

Na faculdade tem o espaço experiência. Ali o pessoal deu a ideia de fazer a caixinha de doação de textos. Então, por exemplo, agora eu tenho uma pilha de textos que eu vou doar pra caixinha, que eu já usei e que agora não utilizo mais porque provavelmente depois vai ficar esquecido lá e tem outras pessoas precisando. Ai a gente vai lá na caixinha e doa, tem sempre gente doando, é bem legal. É o método de colaboração que tinha ali na faculdade pra gente poder não gastar tanto dinheiro com xerox. (...) Eu tinha algumas cadeiras que eu fazia sempre junto com uma colega que ela dizia “ah deixa que eu compro o xerox e depois eu digitalizo e te mando”. Então daí eu meio que sempre fazia parceria com esses colegas que meio que podiam comprar e ai eu digitalizava, tirava foto com o celular pra mim poder ler.. (Jovem 2, Grupo Focal 4).

Este relato aponta para as estratégias de articulação e de auxílio que os universitários desenvolvem, contribuindo para a sua permanência na universidade. Nestas práticas, não ocorre apenas uma ajuda material, mas também uma sociabilidade através da criação de laços afetivos e da

convivência. Ao discorrer sobre a socialização que ocorre entre os jovens, Dayrell (2004, p. 10) afirma que os

grupos de pares, o lazer e a diversão aparecem como elementos constitutivos da singularidade da condição juvenil”, principalmente nas camadas populares. É nesta sociabilidade que os jovens buscam referências individuais e coletivas: “Na sociabilidade, o falar torna-se o próprio fim, o assunto é simplesmente o meio para a viva troca de palavras revelar seu encanto”.

O quarto aspecto que emergiu da pesquisa, no tocante à permanência na universidade, versa sobre as questões da representação estudantil. Neste campo, pode-se questionar “qual o seria o papel e qual a importância dos centros acadêmicos e diretório central de estudantes na construção e execução de políticas e ações de assistência estudantil?”.

Através dos dados da pesquisa, fica evidente o esvaziamento e crescente desinteresse dos estudantes pelos mecanismos de representação estudantil na universidade. As análises quantitativas com relação à frequência dos estudantes nestes espaços apontam que 53% nunca utilizam os centros acadêmicos e o diretório central e que 22% raramente os frequentam. Já 13% dos universitários afirmou que participa às vezes. Por fim, entre os que afirmaram que sempre ou quase sempre participam somou um total de 12%, sendo 6% para cada um das alternativas.

Estes dados evidenciam que há um grande afastamento por parte dos estudantes em relação aos órgãos de representação. O que aponta para uma preocupante realidade, diante de um contexto de desmonte de políticas públicas, que demandam o fortalecimento de um movimento estudantil forte e articulado.

4. Considerações Finais

Ao analisarmos o contexto do acesso à universidade nos últimos anos vamos perceber um fenômeno bastante recente: um maior número de acesso à classe trabalhadora ao ensino superior, especialmente fomentada por uma série de ações governamentais que buscaram conceder bolsas em universidades privadas. Ao mesmo tempo que esse processo possibilita o acesso desses sujeitos na universidade, muitas vezes, acaba fortalecendo a universidade privada em detrimento do acesso à universidade pública, sendo essa apenas uma das múltiplas contradições que podemos perceber ao analisar esse fenômeno.

Se por um lado o acesso ao ensino superior é fundamental, se constituindo na materialidade do direito a educação, torna-se fundamental perceber como vem se constituindo a permanência desses sujeitos nesses espaços. Historicamente pensada para receber os “filhos da elite” a universidade privada acaba recebendo nos últimos anos um “novo perfil de estudante”, muitas vezes, sem ter o mínimo de condições, no que diz respeito a oferta de uma política estudantil, para esses sujeitos. Os dados da pesquisa apontam uma série de dificuldades que os estudantes vivenciam no que diz respeito as condições socioeconômicas para se manter na universidade materializada, especialmente, no transporte, alimentação e moradia. Importante ressaltar que, devido ao avanço do ideário neoliberal na realidade brasileira,

evidencia-se a uma dupla tendência: de um lado o desmonte dos programas de acesso às universidades já consolidados, influenciando no acesso à universidade; e de outro no agravamento das condições de vida da população, o que tende a influenciar na permanência desses estudantes.

Nesse sentido, aponta-se que, além da luta pelo fortalecimento da universidade pública, é necessário pautar uma política estudantil, também, no âmbito das universidades privadas para que se consolide a permanência desses sujeitos no âmbito do ensino superior. Além desse aspecto, o estudo, de um lado aponta a resistência dessas juventudes, na sua articulação coletiva para se manter na universidade, também demonstra uma fragilidade dos espaços de representação estudantil. O contexto atual, diante de um claro avanço neoliberal, mostra-se desafiador no que se refere a garantia de direitos; porém, a resistência diante desses tempos mostra-se fundamental. O direito ao ensino superior de qualidade, contrapondo-se a precarização nesses espaços, é um aspecto fundamental que deve ser defendido por todos que lutam por uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Lawrence. **Análise de Conteúdo**. RJ: Edições 70, 1977.

BAUER, M.; GASKELL, G. **Pesquisa Qualitativa com Imagem, Texto e Som**. RJ: Vozes, 2002.

COULON, Alain. **A condição de estudante**: a entrada na vida universitária. Salvador: EDUFBA, 2008.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DAYRELL, Juarez. **Juventude, Grupos Culturais e Sociabilidade**. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

HOUTART, François; POLET, François. **O outro Davos**: mundialização de resistências e de lutas. São Paulo: Cortez, 2002.

LEFEBVRE, H. **Lógica formal, lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

OBSERVATÓRIO JUVENTUDES PUCRS. **Relatório de pesquisa**: Democratização do Acesso e Permanência na Universidade: Quem são e o que pensam os Jovens Estudantes Beneficiários de Programas de Incentivos à Educação? Porto Alegre, 2016.

PRATES, J. C. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, 2012.

SAMPAIO JR, Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012.

SAMPAIO, Sônia Maria Rocha; SANTOS, Georgina Gonçalves (Orgs). **Observatório da vida estudantil**: primeiros estudos. Salvador: EDUFBA, 2011.

SCHERER, G A. **Juventudes, (In)Segurança e Políticas Públicas**: a proteção social no Brasil. Paraná: Juruá, 2017.

ZAGO, NADIR. Do acesso à permanência no ensino superior. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11 n. 32 maio/ago. 2006